

“NOVOS” MODELOS DE DESENVOLVIMENTO, VELHAS FORMAS DE DEPENDÊNCIA: O CASO DA BOLÍVIA.

“NEW” DEVELOPMENT MODELS, OLD FORMS OF DEPENDENCE: THE CASE OF BOLIVIA

EMANUELLE DOS SANTOS PINHEIRO
WELBSON DO VALE MADEIRA

RESUMO

Considerando que praticamente todos os países que foram colônias no passado se tornaram periféricos no capitalismo contemporâneo e estabeleceram relações de subordinação e dependência econômica e política em relação aos chamados países capitalistas centrais, desde o início do século XX foram apresentadas diversas interpretações sobre o significado de desenvolvimento e feitas propostas de caminhos mais adequados para países da América Latina. Neste artigo, são apresentados aspectos gerais de três dessas proposições: a da CEPAL, a da Teoria da Dependência e as associadas à noção de Bem Viver. Essa última é enfatizada tendo por base a Bolívia. Nesse país, como em alguns outros da América Latina, do início do século XXI até a segunda década desse século, verificou-se a consolidação no governo central de um grupo político ligado a movimentos sociais e que se disse comprometido com um efetivo desenvolvimento nacional. Todavia, nos sucessivos planos de desenvolvimento, foram apresentadas tentativas de conciliação entre classes e grupos com interesses antagônicos, expressas, sobretudo, no apoio à produção de commodities minerais e agrícolas. Na perspectiva de contribuir para o entendimento dessa dinâmica, aqui são demarcados os seguintes aspectos: abordagens sobre desenvolvimento e dependência na América Latina, relações históricas de dependência da Bolívia, tensões econômicas e sociais que resultaram no Governo Evo Morales e contradições dos planos desse governo, relativamente à pretensão de romper com as históricas relações de dependência.

Palavras-chave: Modelos de desenvolvimento. Dependência. Bolívia. Bem Viver.

ABSTRACT

Considering that virtually all countries that were colonies in the past have become peripheral in contemporary capitalism and have established relationships of subordination and economic and political dependence in relation to the so-called central capitalist

countries, since the beginning of the 20th century, different interpretations have been presented about the meaning of development and proposals were made for more suitable paths for Latin American countries. This article presents general aspects of three of these propositions: CEPAL theory, Dependency Theory and those associated with the notion of Good Living. The latter is emphasized based on Bolivia. In that country, as in some others in Latin America, from the beginning of the 21st century until the second decade of that century, there was the consolidation in the central government of a political group linked to social movements and that said it was committed to an effective national development. However, in the successive development plans, attempts were made to conciliate classes and groups with antagonistic interests, expressed, above all, in support for the production of mineral and agricultural commodities. With a view to contributing to the understanding of this dynamic, the following aspects are outlined here: approaches to development and dependence in Latin America, historical relations of dependence on Bolivia, economic and social tensions that resulted in the Evo Morales Government and contradictions in the plans of that government, regarding the claim to break with the historical dependency relationships.

Keywords: Development models; Dependency. Bolivia. Good Living.

1 INTRODUÇÃO

No contexto de explicitação de limites e contradições de políticas neoliberais na América Latina, o início da primeira década do século XXI foi marcado pela ascensão de governos identificados com lutas sociais e que, pelo menos em discurso, valorizavam o desenvolvimento econômico nacional. Entre várias expressões desse fato, registram-se as ocupações do cargo de presidente da república por Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela), José Alberto Mujica Cordano (Uruguai), Rafael Corrêa (Equador) e Evo Morales (Bolívia). Neste artigo, analisamos elementos das políticas econômicas do governo desse último presidente.

O governo boliviano incorporou em sua Constituição a proposta de um Estado plurinacional baseado na noção de bem-viver. Em termos gerais, ser plurinacional implica em reconhecer a diversidade dos povos que vivem no país. Já o bem-viver é centrado em uma proposta de transformação civilizatória, na qual devem ser efetivamente considerados os direitos da natureza e comunitários. Diante dessas recentes pretensões institucionais, a pergunta que norteia esse artigo é a seguinte: até que ponto o referido governo conseguiu estabelecer políticas no rumo supostamente pretendido? A pergunta justifica-se principalmente por dois fatos: como em outros países da América do Sul, a partir do início deste século acelerou-se na Bolívia o cultivo e a exportação de soja, com conseqüente expansão de grandes grupos transnacionais, desterritorializações de comunidades

e processos de degradação ambiental no país; articulando-se a esses fatos, várias organizações da Bolívia passaram a criticar o governo e questionar se esse estava de fato comprometido com a noção de bem-viver.

Para refletir sobre essas questões, seguindo-se a essa introdução faz-se inicialmente um debate panorâmico sobre desenvolvimento e dependência na América Latina e o aparecimento e aspectos fundamentais da noção de bem-viver. Na sequência, analisam-se aspectos da condição periférica e de desenvolvimento da Bolívia anteriormente ao Governo de Evo Morales. Na terceira parte analisamos as tensões econômicas e políticas internas relacionadas ao enfrentamento popular a grupos monopolistas, que resultaram na institucionalização de um Estado Plurinacional e na suposta adoção do *Vivir Bien* pelo Governo Morales. Na perspectiva de problematizar até que ponto o governo boliviano adotou o referido paradigma, são destacados planos e programas voltados para fortalecer a exportação de bens primários na Bolívia, que têm provocado impactos sociais e ambientais. Daí, à guisa de conclusão, argumentamos o quão é problemática essa tentativa de conciliar interesses antagônicos de classes e, ao mesmo tempo, pretender construir um novo “modelo de desenvolvimento” sem que sejam rompidas as velhas formas de dependência.

2 DAS ABORDAGENS SOBRE DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA À PROPOSTA DE “BEM VIVER”

Os debates relativos às condições dos países da América Latina na economia mundial e significado de desenvolvimento econômico têm sido feitos desde o início do século XX, e tiveram auge na década de 1960 e início da década de 1970. Para os propósitos deste artigo, entretanto, consideramos importantes as proposições de autores ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da chamada teoria da dependência e relacionadas à noção de Bem Viver. Essas últimas, obviamente, porque têm expressão na Bolívia.

Vinculando-se inicialmente à CEPAL, Furtado (1976) concluiu que do final do século XIX até a primeira década do século XX se consolidou um sistema mundial marcado pelos seguintes elementos: a) núcleo concentrador da indústria de bens de capital e recursos para financiamentos em âmbito mundial; b) nova divisão internacional do trabalho e reorientação da produção primária, onde ganha importância a exportação de matérias-primas por países periféricos; c) criação de uma rede de transmissão de progresso técnico, associada à exportação de capitais (FURTADO,

1976).

Associando-se à referida interpretação, os cepalinos fizeram críticas contundentes à teoria ricardiana das vantagens comparativas. Alternativamente, foi avaliado que “quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital” (PREBISCH, 2000, p. 73). Além disso, argumentou-se que “a fase superior do subdesenvolvimento é alcançada quando se diversifica o núcleo industrial e este se capacita para produzir parte dos equipamentos requeridos para que se efetue o desenvolvimento (FURTADO, 1979, p. 167).

As avaliações cepalinas influenciaram diversos governos latino-americanos, que passaram a vislumbrar maior crescimento e desenvolvimento econômico aproveitando possibilidades relacionadas a exportações e, ao mesmo tempo, avançar na industrialização. Como consequência, propuseram e implementaram diversos planos ditos desenvolvimentistas.

Como bem destaca Cardoso (2018, p. 110), “a elaboração de um arcabouço teórico próprio desde a perspectiva de pensadores de origem e vivência latino-americana para a compreensão e proposição de soluções dos problemas latino-americanos alçará a Cepal à fonte e referência teórica indispensável para o entendimento da América Latina”. Por outro lado, apesar do reconhecimento da importância da CEPAL, principalmente a partir da década de 1960, vieram à tona críticas a algumas de suas teses quanto às possibilidades de desenvolvimento econômico nos países periféricos. Em função do escopo do artigo, cabe destacar aqui algumas abordagens de autores marxistas enquadradas na chamada teoria da dependência. Para Santos (2011, p. 6), por exemplo:

As relações comerciais baseiam-se no controle monopólico do mercado, que leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes; as relações financeiras, do ponto de vista dos poderes dominantes, baseiam-se em empréstimos e na exportação de capital, o que lhes permite receber juros e lucros, aumentando assim seu excedente doméstico e fortalecendo seu controle sobre as economias dos outros países.

No mesmo rumo, Marini (2013, p.51) avalia que:

Existe uma certa autonomia sobre as decisões de investimento - condicionada, evidentemente, pela dependência da economia frente ao mercado mundial. Em geral, o excedente é aplicado no setor mais rentável da economia, que é precisamente a atividade de exportação que mais excedente produziu.

Admitindo a importância das teorias cepalinas e sem contradição com vários pontos do diagnóstico da “teoria da dependência” no que diz respeito a expressões do capitalismo na América Latina, a noção de Bem Viver passou a ter mais visibilidade a partir do início do século XXI. Sobre a CEPAL, foi avaliado que:

Seus questionamentos não alcançaram os núcleos conceituais da ideia de desenvolvimento convencional entendido como progresso linear e em particular expressado em termos de progresso econômico. Por outro lado, cada uma delas gerou uma onda de revisões, mas que não conseguiram se somar e se articular entre si; se bem geraram uma alta nos questionamentos, pouco depois estes começaram a se arrefecer e as ideias convencionais voltaram a ter protagonismo (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p. 74, apud. SANTOS, 2018, p. 133)

Não há uma definição objetiva e consensual sobre o significado de Bem Viver. Todavia, de acordo com Quispe (2010, apud. COSTA; KÜHN, 2017), a noção de Bem Viver baseia-se em vivências e concepções de povos andinos, começou a ser sistematizada entre as décadas de 1960 e 1970, pretende ser uma contraposição às teorias tradicionais sobre desenvolvimento e apresentar reflexões para o que seria um “pós-desenvolvimento”. Acosta (2016), por sua vez, ressalta que o Bem Viver não pode ser compreendido como mais uma ideia de desenvolvimento. Em vez disso, deve ser concebido como uma alternativa a todas as ideias existentes de desenvolvimento, na medida em que pretende ser uma proposta de transformação civilizatória ao incorporar os direitos da natureza e os direitos comunitários. Essas últimas ideias, aliás, passaram a constar das Constituições do Equador e da Bolívia. Cabe refletir, portanto, em que medida elas estão se efetivando e contribuindo para romper com os modelos de desenvolvimento criticados. Buscamos fazer isso no tópico seguinte considerando a situação da Bolívia.

3 HISTÓRIA ECONÔMICA E DE DEPENDÊNCIA NA BOLÍVIA

Para compreender a complexidade social e econômica da Bolívia na atualidade torna-se imperativo fazer uma breve retrospectiva da sua história. O país em questão, assim como os demais países latino-americanos, foi atacado e explorado no período colonial e teve o seu território fatiado no período republicano. São exemplos, nesse sentido:

- A exploração da prata em Potosí no período colonial;
- A Guerra do Pacífico entre Bolívia, Chile e Peru no final do século XIX;

- A guerra com o império britânico, na qual a Bolívia perdeu a saída para o mar (1879-1883);
- O Tratado de Petrópolis (1903), no qual o Brasil ficou com o território do atual estado do Acre;
- A Guerra do Chaco (1932), provocada por grandes multinacionais petrolíferas, a partir da qual Bolívia perdeu parte do seu território para o Paraguai.

A partir do século XX, com as transformações técnico-científicas no âmbito das organizações, fortalecimento do capital financeiro e exportação de capital produtivo para países periféricos, se configurou uma nova divisão internacional do trabalho e a prevalescência de práticas imperialistas. As iniciativas direcionadas para o continente latino-americano para integrá-lo à economia mundial contemporânea, entretanto, não ocorreram de forma homogênea. Brasil, Argentina, México, Chile e Uruguai, por exemplo, avançaram na industrialização, enquanto Equador, Paraguai e Bolívia ficaram bem mais atrasados. No caso da Bolívia, as mudanças da fase monopolista não se expressaram em mudanças estruturais na economia, que permaneceu centrada em um padrão de exportação de produtos primários.

Na década de 1940 foi criada a *Metals Reserve Company*, nos EUA, e essa empresa foi encarregada de comprar e estocar matérias primas estratégicas dos países da América Latina. No caso da Bolívia, a produção de estanho por até cinco anos (BETHELLI, 2008).

No período compreendido entre a década de 1950 até a primeira metade da década de 1960 a Bolívia consolidou um Estado menos oligárquico, mas, em contrapartida, mais subordinado ao capital internacional (COSTA NETO, 2005). Há forte centralização de capital na agricultura da Bolívia, paradoxalmente com o apoio decisivo do Estado a partir da chamada Revolução Nacionalista.

O desenvolvimento da estrutura agrária da Bolívia também sofreu forte influência do acirramento da Guerra Fria, pois o país passou a ter maior proximidade com os EUA. Esse fato foi verificado, por exemplo, por meio do *Plan Bohan*. Oficialmente esse plano tinha a pretensão de diversificar a economia do país, diminuindo a dependência da exploração de recursos minerais (DEKER, 2015; BELMONT, 1986). Entretanto, foram definidas estratégias basicamente para o setor petrolífero, para a agricultura e para a mineração.

De 1964 a 1982, período de ditadura militar, foi aprofundada a abertura da fronteira agrícola na região oriental do país. No governo de Hugo Banzer (1971-78) foram concedidos subsídios aos agrocapitalistas em Santa Cruz e milhares de hectares de terras foram distribuídos a grandes agricultores dispostos a explorar essa nova fronteira (URIESTE 2010; ROCHA, 2006; MCKAY, 2017).

Durante a ditadura houve forte repressão aos movimentos sociais, fechamento de sindicatos de trabalhadores e favorecimento à entrada de empresas estrangeiras no país. Nesse período, o setor petrolífero da Bolívia incorporou a empresa *Gulf Oil*, que começou a produzir mais que a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*. Estima-se que já em 1967 aproximadamente 24% de toda produção nacional estava nas mãos do setor privado. (PERICÁS, 1998).

Com as crises fiscais, os endividamentos dos países e o fim das ditaduras militares em grande parte da América Latina, na década de 1980, também mudaram algumas formas de intervenção do Estado na economia, embora, obviamente, essa instituição tenha preservado o seu caráter classista. Dessa forma, em diversos setores antes considerados estratégicos saiu de cena o Estado e em lugar do mesmo entraram grandes grupos monopolistas transnacionais (DUMÉNIL; LÉVY, 2003).

A Lei dos Hidrocarbonetos, de 1996, por exemplo, estabeleceu que o Estado não tinha mais o monopólio da produção e distribuição dos hidrocarbonetos. Portanto, as empresas sócias da YPFB ficariam livres para vender de acordo com o preço do petróleo internacional. Por outro lado, tal medida provocou maiores gastos públicos, já que a população não conseguia pagar pelo crescente preço dos combustíveis e coube ao Estado proporcionar subsídios. Com o intuito de atrair mais capital estrangeiro para o país, o governo decidiu também estimular novas áreas de produção de petróleo e gás, através da redução das taxas de *royalties* para novos poços descobertos, de 50% para 18%. Neste contexto, muitos campos de petróleo que já estavam sendo estudados pela YPFB antes da sua privatização foram arrendados por empresas privadas (CHAVES, 2014).

As minas de estanho foram também privatizadas e milhares de mineiros foram demitidos. Por outro lado, muitos desses trabalhadores mudaram-se para a planície oriental do país, e levaram a tradição do sindicalismo radical. Estes trabalhadores dedicaram-se a plantação de coca, que abastecia tanto o mercado local quanto o mercado internacional.

Algumas medidas neoliberais mostraram-se aparentemente adequadas na Bolívia, já que a inflação apresentou uma drástica queda na década de 1990. Todavia, esses resultados se deram à custa de menores investimentos públicos e privatização de empresas estatais. Num primeiro momento, foram privatizadas empresas públicas consideradas de menor porte, e, posteriormente, empresas estatais consideradas mais estratégicas, como as voltadas para o setor mineral, energético e de distribuição de água (CHAVES, 2014).

Por outro lado, esse processo a partir da década de 1990 foi acompanhado por diversas tensões políticas, que acabaram por consolidar a hegemonia de grupos ligados a movimentos sociais, inclusive o de Evo Morales, liderança que viria a ser presidente da República. Essas questões são tratadas no tópico seguinte.

4 DAS TENSÕES SOCIAIS À ADOÇÃO DO “PARADIGMA” DO BEM VIVER NA BOLÍVIA

O primeiro grande episódio de resistência antineoliberal foi o movimento dos cocaleros, que teve o discurso pautado nas tradições culturais e negando a responsabilidade a eles conferida quanto ao tráfico de drogas. Este movimento foi responsável pela não implementação na íntegra da agenda de erradicação da coca sugerida pelos Estados Unidos, e enfrentou os governos de Jaime Paz Zamora (1989-1993) e Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997) (CHAVES, 2014). No mesmo rumo, destacam-se a Primeira Marcha Indígena pelo Território e pela Dignidade (1990), a criação de um instrumento político para soberania dos povos (1995), a Guerra da Água (2000) e a Guerra do Gás (2003).

Em 1999 o governo foi orientado a privatizar a distribuição de água, em acordo que perduraria por 40 anos e beneficiaria uma única licitante - O consórcio transnacional *Aguas del Tunari*¹. Como desdobramento, no ano 2000, houve um aumento na taxa cobrada pelo uso da água e foram verificadas mobilizações em todo país, culminando na Guerra da Água. Ao final do processo, o consórcio foi expulso da Bolívia e a gestão da água se tornou um empreendimento coletivo autogestionário (CHAVES, 2014).

Segundo Chaves (2014), a Guerra da Água foi a primeira crise resultante do revés das políticas de ajuste neoliberal na Bolívia. Para Svampa (2016), esse fato também

1. “A principal acionista do Consorcio Aguas del Tunari era a Bechtel, grande corporação norte-americana da área de construção civil. Uma multinacional que possui mais de 30 escritórios espalhados pelo mundo, cujos rendimentos anuais declarados alcançaram a casa dos 30 bilhões de dólares em 2010” (DRUMOND, 2015)

marcou um novo ciclo de lutas, uma vez que o movimento não consistiu em uma luta isolada pela água, mas sim pela nacionalização dos recursos naturais e por uma Assembleia Constituinte.

Poucos anos após a Guerra da Água, em 2003, ocorreu a chamada Guerra do Gás. Nesse caso, os movimentos sociais propuseram a estatização do gás e da indústria de petróleo, de modo a devolver para o Estado boliviano toda a cadeia produtiva desses setores estratégicos. Tais manifestações culminaram na queda do presidente Sanchez de Lozada, em outubro de 2003.

No início da primeira década deste século, as diferentes forças e organizações sociais, camponesas, indígenas, urbanas e rurais se reuniram na chamada “agenda de outubro”, sintetizada em dois slogans: nacionalização dos recursos naturais e Assembleia Constituinte (SVAMPA, 2016). Daí se consolidou a proposta de Estado Plurinacional, um conceito proposto no Equador no final da década de 1980, e que passou a fazer parte dos objetivos centrais da maioria dos parlamentares bolivianos. Articulando-se a esse novo tipo de Estado, incorporou-se também a noção de “vivir bien”.

Devido às referidas tensões, entre 2000 e 2005 a Bolívia trocou de presidente cinco vezes. E foi nesse contexto de possibilidade de novas agendas e demandas étnicas que em 2005 Evo Morales, um dirigente campesino de origem *aymara*², chegou à presidência da Bolívia. Para essa liderança e o seu *Movimiento al Socialismo* (MAS), passou a ocorrer no país, a partir desse período, uma profunda “revolução democrática”, e o início de um “capitalismo andino/amazônico”.

Pretensamente referenciado no Bem Viver, deveria ser constituído um novo Estado, voltado para melhorar a qualidade de vida e o viver bem de todos os cidadãos bolivianos. Com esse sentido, estabeleceu-se o Artigo 314 da Constituição boliviana, segundo o qual é proibida qualquer “forma de associação ou acordo de pessoas físicas ou jurídicas”, bolivianas e estrangeiras, que busquem controle e exclusividade na produção e comercialização de bens e serviços (BOLÍVIA, 2009)³.

2. Aymará ou Aimara é um povo estabelecido desde a Era pré-colombiana no sul do Peru, na Bolívia, na Argentina e no Chile. Também conhecidos como Quollas ou Kollas.

3. Tradução nossa. Texto original: “forma de asociación o acuerdo de personas naturales o jurídicas privadas, bolivianas o extranjeras, que pretendan el control y la exclusividad en la producción y comercialización de bienes y servicios” (BOLÍVIA, 2009).

Além disso, nos Planos Nacionais de Desenvolvimento da Bolívia a partir de 2006 registrou-se a pretensão de colocar o Estado como protagonista do desenvolvimento nacional, objetivando fortalecer setores estratégicos do ponto de vista da acumulação interna, estimular a inovação e expandir outros setores produtivos. Também foram apontadas políticas voltadas para pequenos produtores agrícolas, prometendo inseri-los vantajosamente nos mercados interno e externo, para aumentar a renda e reduzir o desemprego. Nessa perspectiva destaca-se a Agenda Patriótica e o PND 2016-2020.

A Agenda Patriótica da Bolívia tinha a pretensão de fazer com que o país se tornasse soberano e livre dos laços de dependência até 2025, quando o país completa 200 anos de independência. Foi composta por 13 pilares, norteadores do PND 2016-2020. Destaca-se o sétimo pilar, que aponta a soberania sobre os recursos naturais, com nacionalização, industrialização e comercialização em harmonia e equilíbrio com a “Mãe Terra” (Pachamama).

Por outro lado, aparentemente indo de encontro à Agenda Patriótica, o PND 2016-2020 também indicou o atendimento de interesses de capitalistas em manter ou aumentar suas taxas de lucro por meio de menor tempo de rotação do capital, em processo semelhante ao verificado em vários países da América do Sul, a exemplo do Brasil, que tem priorizado eixos de integração e desenvolvimento. Nesse sentido, ficou prevista:

(...) construção de plataformas logísticas que permitam a integração do território nacional por meio de sistemas intermodais de transporte (rodoviário, ferroviário, fluvial e aéreo), em benefício de produtores, exportadores e importadores, fortalecendo conexões entre as diferentes regiões do país para fins atividades comerciais e promoção de pontos de distribuição para centros de consumo (BOLÍVIA, 2007, p.83).⁴

Nesse plano, uma das metas para soberania através da produção local de alimentos consistiu em estimular produtos estratégicos, com destaque para a soja. Entretanto, a produção de soja, o terceiro produto mais importante na pauta de exportações do país, é fortemente dominada pelo capital monopolista internacional e tem sido cada vez mais associada a degradação ambiental, exclusão social, desemprego e expropriação de comunidades tradicionais.

4. Tradução nossa. Texto original: construcción de plataformas logísticas que permitan la integración del territorio nacional mediante sistemas intermodales de transporte (carretero, ferroviario, fluvial y aéreo), en beneficio de los productores, exportadores e importadores, fortaleciendo conexiones entre las diferentes regiones del país con fines comerciales y promoviendo puntos de distribución a los centros de consumo (BOLÍVIA, 2007, p.83).

Por um lado, durante a maior parte do Governo Evo Morales (2006-2019) houve uma melhoria significativa nos indicadores econômicos e sociais, inclusive com expressiva diminuição da pobreza e no índice de analfabetismo, aumento do salário mínimo e adoção de importantes políticas sociais. Destacam-se, nesse rumo, os programas *Bono Juancito Pinto*, com foco nos estudantes, o *Renta Dignidad*, voltado para idosos, e o *Bono Juana Azurduy*, pago a mulheres grávidas ou com filhos pequenos. Destaca-se ainda que o Produto Interno Bruto da Bolívia cresceu mais que a média mundial, acima de 4% ao ano.

Por outro lado, mesmo, também no período referido, aumentou o déficit público e a dívida externa, favorecendo o setor financeiro, e aprofundou-se a dependência econômica em relação às *commodities* minerais e agrícolas, conforme já apontamos anteriormente. Essas situações têm sido ressaltadas por diversos autores que acompanham a “implementação” de políticas associadas ao Bem Viver no Equador e na Bolívia, a exemplo de Gudynas (2016, apud. SANTOS, 2018) e Acosta (2016). Mais que isso: esses fatos foram decisivos para movimentos de oposição ao Governo Evo Morales, inclusive por parte de grupos sociais que ajudaram a constituir-lo, conforme ilustramos com as fotografias 1 e 2.

FOTOGRAFIA 01- Protestos contra supostas contradições das políticas do “vivir bien” na Bolívia



Fonte: PINHEIRO (2019).

FOTOGRAFIA 2 - Protestos contra supostas contradições das políticas do “vivir bien” na Bolívia.



Fonte: PINHEIRO (2019).

5 CONCLUSÕES

Como resposta ao histórico de dependência e, principalmente, às políticas neoliberais implementadas a partir da década de 1990, ocorreram importantes processos de resistência do povo boliviano. Como consequência, o pretense novo modelo de desenvolvimento socioeconômico adotado durante o Governo Morales (2006-2019) foi marcado, sobretudo, por associar-se formalmente e em discurso à noção de *Vivir Bien*, segundo a qual a natureza também possui direitos, e pela institucionalização de um Estado Plurinacional, que respeitasse os interesses das diversas etnias. Portanto, além de ser uma alternativa às ideias existentes de desenvolvimento econômico, pretendeu constituir-se em uma proposta de transformação civilizatória.

Todavia, na medida em que no Governo Evo Morales permaneceram evidentes políticas em favor de grupos monopolistas voltados para a exportação de *commodities* agrícolas e minerais, concluímos que o “capitalismo andino-amazônico” não expressa realmente uma efetiva ruptura com os modelos anteriores de desenvolvimento. Além disso, a pretensão de tentar conciliar classes e grupos com interesses antagônicos, também identificada em outros governos na América Latina, mostrou-se absolutamente inviável já em um horizonte de médio prazo, de menos de duas décadas, culminando no trágico golpe de Estado em 2019. Por

outro lado, entendemos que continuam permanentes e atuais as reivindicações e anseios dos movimentos populares que tentaram construir uma alternativa aos padrões de desenvolvimento capitalista. A dinâmica das lutas de classes deve definir o rumo da história.

REFERÊNCIAS

ACOSTA A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

BELMONT, G. **Planes y Estrategias de Desarrollo en Bolivia**. Tesis de Grado Universidad Mayor de San Andres. La Paz, 1986.

BETHELLI, L. **História da América Latina**, vol. 6, São Paulo: Arquivo do estado, 2008.

BOLÍVIA. **Constitución política del estado de plurinacional de Bolivia**, 2009. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf> Acesso em: 10 de mar. 2018.

BOLÍVIA. **Plan Nacional de Desarrollo 2006-2011 (2007)**. Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para Vivir Bien. La Paz: Ministerio de Planificación del Desarrollo. Disponível em: <<https://extranet.who.int/nutrition/gina/sites/default/files/BOL%202006%20%20Plan%20Nacional%20de%20Desarrollo.pdf>> Acesso em: 10 março de 2018.

CARDOSO, Fernanda G. **Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paco editorial, 2018.

CHAVES, D. A crise de fim de século na Bolívia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, p. 174 -202, set./dez. 2014.

COSTA, Ana Monteiro, KÜHN, Daniela Dias. Bien Vivir/Buen Viver/Bem Viver: uma proposta de pós-desenvolvimento nas Epistemologias do Sul. **Revista IDEAS**, v. 11, n. 1-2, p. 34-66, 2017.

COSTA NETO, C. **Políticas agrárias na Bolívia (1952-1979)**: reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2005.

DEKER, J.A. **Estrategias y planes de desarrollo agropecuario en Bolivia**: la construcción de la ruta del desarrollo sectorial (1942-2013). 1 ed. La Paz: Plural Editores, 2015.

DRUMOND, N. A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. **Revista Nera** – ano 18, nº. 28 – Dossiê 2015 – ISSN: 1806-6755. Disponível em < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/3998/4155>>

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. “**Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo**”. IN: DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique (org.). Uma nova fase do capitalismo? São Paulo e Campinas: Xamã e CEMAR, 2003a, p. 15-41.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

McKAY, Ben. **The politics of control**: new dynamics of agrarian change in Bolivia's soy complex, 2017, 290 f. Tese (PhD in Agrarian Studies) - International Institute of Social Studies, Erasmus University Rotterdam, The Hague, 2017.

PERICÁS, L. B. Bolívia: militares, movimentos sociais e guerrilhas (1964-1971). **Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC**. 1998. Disponível em: < <http://anphlac.ffch.usp.br/sites/anphlac.ffch.usp.br/files/pericas.pdf>> Acesso em: 25 mar de 2018.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In. BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROCHA, M. S. **A Outra Volta do Bumerangue**: Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952-2006). In: Bolívia: de 1952 ao Século XXI. p.11-61. Brasília: FUNAG/IPRI, 2006.

SANTOS, Theotonio dos. A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira**

de Economia Política, v. 1, n. 30, 2011.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz F. O Constitucionalismo pluralista do Bem Viver: a reação latino-americana ao paradoxo do desenvolvimento. In. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. V.12 n.1 2018.

SVAMPA, Maristela. **Debates Latinoamericanos**: Indianismo, desarrollo, dependencia, populismo. 1º ed. Buenos Aires: Edhasa, 2016;

URIOSTE, M. **Concentración y extranjerización de la tierra en Bolivia**. Fundación TIERRA: La Paz, Bolivia, 2010.

Texto submetido em 13/09/2022

Aceito para publicação em 06/12/2022